

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE
NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL: ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO
SETOR DE MADEIRA E PAPEL DA B3**

JOSIANE MATIAS PACHECO TAVARES

JUIZ DE FORA

2018

JOSIANE MATIAS PACHECO TAVARES

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15 - INFORMAÇÕES DE
NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL: ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO
SETOR DE MADEIRA E PAPEL DA B3

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Contábeis da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Eduardo Duarte Horta

JUIZ DE FORA

FACC/UFJF

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por renovar, a cada momento, minha força e pelo discernimento concedido ao longo desta jornada.

À minha família pelo apoio e motivação, que não mediram esforços para que eu concluísse mais esta etapa da minha vida.

A todos os professores da FACC pelos ensinamentos em toda minha trajetória acadêmica, em especial ao meu orientador por todo suporte e empenho transmitidos neste trabalho.

A todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

“Apenas quando o homem matar o último peixe, poluir o último rio e derrubar a última árvore, irá compreender que não poderá comer o dinheiro que ganhou”.

(Autor desconhecido)



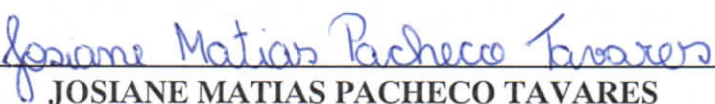
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 27 de Novembro de 2018.


JOSIANE MATIAS PACHECO TAVARES

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 27º dia do mês de Novembro de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de **JOSIANE MATIAS PACHECO TAVARES**, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número **201477017**, intitulado **EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL SEGUNDO A NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL: ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NO SETOR DE MADEIRA E PAPEL DA B3**. Após a apresentação e conseqüente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente APROVADA (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 27 de Novembro de 2018.



Prof. Eduardo Duarte Horta
Orientador(a)



Prof. Anderson Rocha Valverde



Prof. Rodrigo Ferraz de Almeida

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cumprimento dos elementos da NBC T 15, de 2010 a 2017.....	27
Gráfico 2 – Evolução da evidenciação ambiental, de 2010 a 2017.....	29
Gráfico 3 – Evolução do percentual de divulgação da Duratex S.A.	30
Gráfico 4 – Evolução do percentual de divulgação da Eucatex S.A.	31
Gráfico 5 – Evolução do percentual de divulgação da Celulose Irani S.A.	32
Gráfico 6 – Evolução do percentual de divulgação da Fibria S.A.	33
Gráfico 7 – Evolução do percentual de divulgação da Klabin S.A.	34
Gráfico 8 – Evolução do percentual de divulgação da Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.	35
Gráfico 9 – Evolução do percentual de divulgação da Suzano Papel e Celulose S.A.	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Razões para divulgar ou não divulgar voluntariamente informações ambientais	17
Quadro 2 – Conceitos ambientais básicos	19
Quadro 3 – População da Pesquisa	25
Quadro 4 - <i>Checklist</i> de elementos para análise	26

LISTA DE SIGLAS

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

B3 – Brasil, Bolsa e Balcão

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMAS – *Eco-Management and Audit Scheme*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IASB – *International Accounting Standard Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

NBC T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica

ONU – Organizações das Nações Unidas

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Análise dos elementos por entidade	44
Apêndice B - Análise dos elementos por ano	45
Apêndice C – Análise individual das empresas por ano	46

RESUMO

Com a pressão atual da sociedade para que as empresas se preocupem com os danos que suas atividades podem causar ao meio ambiente, a fim de evitar sua degradação, diversas entidades querem atestar um desempenho ambiental satisfatório. O presente estudo procurou analisar o nível de evidenciação ambiental de empresas listadas no setor de madeira e papel da B3 de acordo com os itens da NBC T 15. A pesquisa caracteriza-se como um estudo multicaso, descritivo, bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com os resultados apresentados, há uma falta de padronização e uniformidade sobre as informações ambientais divulgadas pelas empresas. Observou-se uma redução no nível geral de evidenciação das entidades investigadas relativo aos anos de 2010 a 2017. Quanto aos elementos a serem divulgados, o item mais evidenciado foi referente aos investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais, enquanto os menos divulgados tratavam sobre a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade e sobre os valores das multas e indenizações.

Palavras-chave: Meio ambiente; Evidenciação; Informações ambientais; Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

Whit the current pressure from the society towards how the companies are managing their activities regarding environmental damage, several organizations want to attest a satisfactory environmental performance. This study intended to analyze the environmental disclosure level of the companies listed under the B3 wood and paper sector in accordance whit the NBC T 15. This research is characterized as being multiple case study, descriptive, bibliographic and documental, whit a qualitative and quantitative approach. According to the results, there is a lack of a standardization and uniformity about the environmental information disclosed by companies. A reduction on the general level of disclosure regarding the investigated organizations from 2010 to 2017 could be observed. Regarding the disclosed elements, the item most evidenced was related to investments and costs whit operational processes, while the less mentioned were about the amount of environmental legal actions taken against the companies and about indemnity and penalty values.

Keywords: Environment; disclosure; environmental information; environmental accounting; Paper and wood sector.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Contabilidade Ambiental	14
2.2	<i>Disclosure</i> ambiental	15
2.3	Evidenciação Contábil das informações de natureza ambiental	18
2.4	Evidenciação ambiental: pesquisas anteriores	20
3	METODOLOGIA	24
3.1	População e amostra	25
3.2	Instrumentos de pesquisa	25
4	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
4.1	Duratex S.A.	29
4.2	Eucatex S.A.	30
4.3	Celulose Irani S.A.	31
4.4	Fibria S.A.	32
4.5	Klabin S.A.	33
4.6	Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.	34
4.7	Suzano Papel e Celulose S.A.	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICES	44

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do meio ambiente e sua capacidade de sustentar a vida estão reduzindo-se e são consequências da ação humana no planeta e nos ecossistemas. A degradação ambiental tem assumido visibilidade em todo o mundo, despertando mais atenção e interesse para o meio ambiente, tornando a questão ambiental globalizada (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Os problemas ambientais, para Ruscheinsky *et al.* (2012), surgiram pelo ser humano enxergar a natureza apenas como fonte de recursos disponíveis para a transformação em bens de consumo, ameaçando a manutenção do planeta, devendo haver uma mudança de pensamento na conduta das pessoas diante dos recursos naturais. Assim, é indispensável a conscientização de todos pela preservação do meio ambiente.

A sociedade, cada vez mais, exige que as empresas conduzam suas atividades de modo a evitar a degradação ambiental. Confirmando o exposto, Tinoco e Kraemer (2015) declaram que por consequência dos impactos ambientais as empresas sentem-se impostas a introduzir atitudes proativas em relação ao meio ambiente aos seus objetivos de obtenção de lucros, entendendo que sua continuidade envolve o bem-estar da população no geral. Para Ashley *et al.* (2005) há uma reciprocidade entre o comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico da empresa.

Como relatado por Carvalho (2008), a entidade registra os fatos contábeis sobre a interação da empresa com o meio ambiente não unicamente por sua decisão, mas também por forças externas, o que a motiva a identificar, mensurar, registrar e evidenciar estas interações. Desta maneira, a Contabilidade passa a ser um instrumento para a comunicação entre a empresa e a sociedade, para que sejam divulgadas informações alusivas ao meio ambiente.

Mais especificamente, a Contabilidade Ambiental é uma ferramenta eficiente em referência ao reconhecimento, evidenciação e mensuração dos eventos ambientais, trazendo uma vantagem competitiva no mercado. Para Tinoco e Kraemer (2008), é pertinente que a sociedade seja informada dos esforços da organização para a divulgação da sua interação com o meio ambiente, sendo positivo para sua imagem e para melhoria da informação contábil, econômica, social e ambiental.

Neste sentido, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.003/04, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T 15), em vigor desde 2006. A norma estabelece procedimentos para a evidenciação de natureza social e ambiental, para demonstrar à sociedade a participação e a

responsabilidade social da entidade (CFC, 2004, p. 3). Por se tratar de uma norma de adoção facultativa, este estudo justifica-se pela importância e necessidade da evidenciação de informações ambientais realizadas pelas empresas em atendimento às disposições constantes da NBC T 15.

Diante do exposto, a questão a ser respondida por esta pesquisa é: qual o nível de evidenciação ambiental das empresas do setor de madeira e papel da B3¹ segundo a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental?

O trabalho tem como objetivo geral analisar o nível de evidenciação ambiental das empresas listadas no setor de madeira e papel da B3, a partir dos elementos que são relatados na NBC T 15. Para alcance geral, é necessário traçar os objetivos específicos, que são: a) delimitar as empresas que seriam analisadas; b) elaborar um *checklist*, de itens a serem identificados nas demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração, relatório de auditoria e relatório de sustentabilidade; e c) determinar os níveis de evidenciação ambiental de acordo com o que foi analisado ao decorrer da pesquisa.

A pesquisa foi estruturada a partir de um referencial teórico elaborado para possibilitar a compreensão do tema proposto, apresentando uma breve contextualização sobre contabilidade ambiental, *disclosure* ambiental e evidenciação contábil de natureza ambiental, além de trazer alguns estudos relacionados ao tema da presente pesquisa.

Em um segundo momento, discorre sobre a metodologia utilizada que consistiu em um estudo multicaso, com análise das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração, relatório de auditoria e relatório de sustentabilidade da amostra analisada usando como base um *checklist* criado a partir da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Após a metodologia, apresenta-se a análise e discussão dos resultados encontrados e, por fim, as considerações finais deste estudo, fundamentando-se nas observações do que foi exposto nos tópicos anteriores, além de uma sugestão para trabalhos futuros.

A expectativa final do trabalho é agregar valor às pesquisas sobre contabilidade ambiental e estimular o desenvolvimento de discussões com intuito de que empresas, além do setor de madeira e papel do Brasil, realizem as efetivas evidenciações ambientais em conformidade com a norma contábil em vigor.

¹ A B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) é resultante da fusão, em março de 2017, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip) (MOREIRA, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo contém a base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa. Serão apresentados nesta seção aspectos teóricos sobre contabilidade ambiental, *disclosure* ambiental, evidênciação contábil de natureza ambiental e os resultados de trabalhos anteriores relacionados ao tema da presente pesquisa.

2.1 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo e tem progredido ao longo do tempo atendendo às exigências de uma quantidade crescente de usuários (SILVA; MARION, 2013). Como descrevem Iudícibus, Marion e Faria (2017) o objetivo principal da Contabilidade é ser uma ferramenta para fornecer aos seus usuários internos e externos informações úteis e pertinentes à entidade. Deste modo, para Kraemer (2001) a Contabilidade, evidenciando a posição e modificações patrimonial, econômica e financeira e inserindo informações relacionadas ao comportamento da entidade sobre o meio ambiente, contribui na tomada de decisões, respondendo a mais esta demanda por parte de seus usuários.

Um evento de grande destaque que discutiu as questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92, que ocorreu no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. A Conferência reuniu mais de 100 chefes de Estado e representantes de 179 países e resultou em cinco importantes documentos: 1) Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; 2) Convenção sobre a Diversidade Biológica; 3) Convenção sobre as Mudanças Climáticas; 4) Declaração de Princípios; e 5) Agenda 21 (IBRAHIN, 2014).

A Contabilidade Ambiental, segundo Tinoco e Kraemer (2011), surge como nova especialidade da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, após o Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (*United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting – Isar*) disponibilizar o relatório financeiro e contábil relacionado à questão ambiental, sobre passivo e custos ambientais. Ainda para Carvalho (2012), a Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova ciência, mas a um segmento da contabilidade que representa a notoriedade do registro e evidênciação do patrimônio ambiental de determinada entidade.

Bergamini Jr. (1999) expõe que o objetivo da Contabilidade Ambiental é escriturar as transações relacionadas ao meio ambiente e seus impactos sobre a situação econômica e financeira da empresa, devendo ser contabilizadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade e que sejam informadas de forma transparente sua atuação ambiental, atendendo às necessidades de seus usuários. Kraemer (2005) considera a Contabilidade Ambiental como um sistema de informações que tem como objetivo principal coletar, mensurar e evidenciar informações ambientais, sendo meio de comunicação entre empresa e sociedade.

A Contabilidade Ambiental, para Costa e Marion (2007), procura mensurar o patrimônio ambiental da empresa e a eficiência com que é empregado, para proporcionar informações econômicas e financeiras sobre questões ambientais e assim auxiliar a tomada de decisões dos gestores. Assim, para Carvalho (2012), a contabilidade ambiental reflete a relação da empresa com seus usuários e sociedade, no que se refere às informações contábeis, por meio dos registros dos eventos ambientais em demonstrativos contábeis e notas explicativas.

Segundo Tinoco e Kraemer (2011, p. 127 e 128), há três motivos para o emprego da Contabilidade Ambiental, como pode ser observado:

- gestão interna: está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle, visando reduzir custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos;
- exigências legais: a crescente exigência legal e normativa pode obrigar os diretores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas e de indenizações;
- demanda dos parceiros sociais: a empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos clientes, empregados, organizações ecológicas, seguradoras, comunidade local, acionistas, administração pública, bancos, investidores etc.

Ribeiro (2010) diz que é dever da contabilidade identificar e avaliar os eventos econômico-financeiros relacionados com a área ambiental, que podem afetar a situação patrimonial e o resultado das entidades, auxiliando na melhor avaliação de desempenho e tomada de decisões de seus usuários, como também na preservação do ambiente e no desenvolvimento econômico sustentável. A autora, também, salienta que os contadores e os demais cidadãos e profissionais têm responsabilidade de ajudar a sanar os problemas ambientais.

2.2 Disclosure ambiental

É comum, nos dias atuais, haver discussões sobre a degradação ambiental nas mais diversificadas circunstâncias e também sobre a crescente abrangência e complexidade dos seus

efeitos, um dos maiores desafios é adequar-se aos problemas ambientais, sendo necessário para sua solução empenho de toda a sociedade (RIBEIRO, 2010).

Ashley *et al.* (2005) afirmam que as organizações devem se preocupar com suas responsabilidades éticas, morais e sociais e não somente com suas responsabilidades econômicas e legais. Para Assaf Neto (2014), o mercado de capitais atual aprecia mais as empresas compromissadas com questões socioambientais e que também ofereçam informações de qualidade, de caráter financeiro, econômico, social e ambiental, obtendo, assim, uma vantagem competitiva.

Neste sentido, Ferreira, Siqueira e Gomes (2012) declaram que a contabilidade é um dos variados ramos do conhecimento que se prontificaram a criar mecanismos para incentivar a preservação do meio ambiente, além de fiscalizar e controlar os eventos sociais e ambientais derivados do crescimento econômico. Desta forma, ela permite uma adequada evidenciação e mensuração destes eventos, proporcionando uma correta avaliação do patrimônio da entidade.

O *disclosure* ambiental, para Correa, Gonçalves e Moraes (2015), está incorporado na Contabilidade Ambiental e relaciona-se com evidenciação de informações socioambientais. Tinoco e Kraemer (2004) declaram que o objetivo da evidenciação é divulgar informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais das entidades aos *stakeholders*, tendo em vista que as informações não devem ser falsas.

Segundo Ribeiro (2010), o objetivo da evidenciação da informação ambiental é disseminar informações sobre o desempenho das entidades nas questões ambientais para seus usuários, bem como as que afetem o meio ambiente e o patrimônio das entidades. Lins (2015) considera que uma boa evidenciação contábil propicia a geração de informações confiáveis aos usuários e reduz as incertezas no processo de tomada de decisão.

Tinoco e Kraemer (2011, p. 232 e 233) expõem as principais formas de evidenciação pelas entidades: “a) forma e disposição dos demonstrativos contábeis e formais; b) informação entre parênteses; c) notas explicativas; d) quadros e demonstrativos suplementares; e) comentários do auditor; e f) relatório do conselho de administração”. Os autores também afirmam que por não haver um consenso do que divulgar há questões que permeiam o problema da evidenciação ambiental como: “1.A quem deve ser revelada a informação? 2. Qual o propósito da informação? 3. Qual a extensão em que se deve revelar?” (TINOCO; KRAEMER, 2011, p.233).

O *disclosure* de informações ambientais, conforme Nossa (2002), pode ser obrigatório ou voluntário. Na primeira situação, por determinação de leis e regulamentos e na segunda

situação, por iniciativa própria da empresa. Gray e Bebbington (2001) descrevem motivos para relatar voluntariamente ou não as informações de caráter ambiental pelas empresas, como pode ser verificado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1- Razões para divulgar ou não divulgar voluntariamente informações ambientais:

Razões para divulgar voluntariamente:	Razões para não divulgar voluntariamente:
<ul style="list-style-type: none"> • Se não for feito voluntariamente, se tornará obrigatório; • Impulsionar desenvolvimentos internos; • Legitimar as atividades atuais; • Desviar a atenção de outras áreas; • Desenvolver a imagem corporativa; • Desenvolver conhecimento antes da regulamentação; • Impacto positivo no preço das ações; • Redução do risco percebido da empresa e informação; • Benefícios políticos; • Vantagem competitiva; • Direito de saber dos <i>stakeholders</i> e outras partes interessadas; • Explicar os padrões de despesas; • Dizer às pessoas o que a empresa fez/alcançou; • Evitar a divulgação por outras partes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oposto ao acima; • Não há necessidade /motivação para fazê-lo; • Esperar para ver; • Custo; • Indisponibilidade de dados (e custos relacionados); • Sigilo; • Ausência de demanda pela informação; • Ausência de requisito legal; • Nunca pensou nisso; • Priorizando áreas para divulgação.

Fonte: Tradução livre de Gray e Bebbington (2001, p. 242).

Ribeiro (2010) ressalta que, mesmo havendo uma quantidade razoável de orientações quanto a forma e conteúdo, apesar da falta de normalização legal das informações de natureza ambiental, as informações ainda são muito qualitativas, necessitando de uma análise crítica sobre as mesmas, devido ao subjetivismo e conveniência das empresas. A autora ainda expõe que têm surgido iniciativas de estabelecimento de parâmetros para a elaboração de relatórios socioambientais, destacam-se alguns organismos como Organizações das Nações Unidas (ONU), *Global Reporting Initiative* (GRI), *Eco-Management and Audit Scheme* (Emas), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Ethos, entre outros de natureza geral.

2.3 Evidenciação Contábil das informações de natureza ambiental

Costa e Marion (2007) afirmam que o engajamento com as questões ambientais pode não ser o bastante para assegurar que as empresas procedam de forma sustentável e colaborem para a recuperação, manutenção e preservação do meio ambiente. No Brasil, já foram estabelecidas normas e práticas contábeis para a evidenciação das informações ambientais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 1987, p. 1) emitiu o Parecer de Orientação CVM nº 15/87 que recomendou “procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria” e um desses itens faz referência às informações sobre proteção ao meio ambiente, acerca da descrição e objetivo dos investimentos realizados e o montante aplicado.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.003/04 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 (NBC T 15), denominada de Informações de Natureza Social e Ambiental, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006. Esta norma tem como objetivo estabelecer procedimentos para a evidenciação de natureza social e ambiental, de forma a demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade e é uma norma de aplicação facultativa pelas empresas, constituindo informação complementar das demonstrações contábeis. “Entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; e d) a interação com o meio ambiente” (CFC, 2004, p. 3).

A NBC T 15 (CFC, 2004, p. 5) estabelece as informações a serem divulgadas relativas à interação da entidade com o meio ambiente em seu item 15.2.4, como demonstrado:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- b) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- c) passivos e contingências ambientais.

Para Flores e Flores (2012), a NBC T 15 não aborda o tema da contabilidade ambiental em sua amplitude necessária, devido a norma não ser específica sobre o tema, apresentando apenas uma padronização dos elementos de divulgação das informações de natureza ambiental.

No entanto, o Conselho Federal de Contabilidade apresentou em audiência pública minuta da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Específica XXX (NBC TE XXX), denominada de Interação da Entidade com o Meio Ambiente e objetiva estabelecer os conceitos e os critérios para a contabilização de eventos e transações que retratem a interação da entidade com o meio ambiente, a ser aplicada a todas as atividades econômicas que causem ou venham a causar, direta ou indiretamente, determinado tipo de impacto de natureza positivo ou negativo ao meio ambiente. O Quadro 2 apresenta conceitos básicos para a contabilização de eventos ambientais, de acordo com o item 4 da NBC TE XXX Interação da entidade com o meio ambiente:

Quadro 2 – Conceitos ambientais básicos

Termo	Descrição
Ativo ambiental	É o recurso controlado pela entidade, cujos benefícios futuros esperados estejam diretamente associados com a proteção do meio ambiente, ou com a recuperação daquele já degradado. Incluem-se também as áreas nativas mantidas para conservação.
Compensação ambiental	É o benefício concedido à comunidade para minimizar os efeitos da agressão provocada pela atividade da entidade.
Contingência ambiental	É o risco de natureza ambiental a que se sujeita a entidade em função de sua interação com o meio ambiente. Tal risco envolve aspectos econômico-financeiros e sua definição depende de fato futuro.
Custo ambiental	São consumos de recursos incorridos e reconhecidos pela entidade relacionados ao processo produtivo que tenham por objetivo mitigar e prevenir danos ambientais causados pelas atividades operacionais ou outros consumos vinculados à produção.
Despesa ambiental	São gastos gerais que tenham relação com o meio ambiente, realizados no período, e que não estejam relacionados especificamente com o processo produtivo da entidade.
Impacto ambiental	É qualquer alteração, positiva ou negativa, das propriedades do meio ambiente causada por entidade, comparativamente com a situação existente antes do início de determinada atividade.
Interação da entidade e meio ambiente	É a entrada e a saída de recursos da entidade para o meio ambiente e vice-versa durante o desenvolvimento das atividades operacionais, como, por exemplo, na extração de matérias-primas ou descartes de resíduos e embalagens de produtos e insumos.
Passivo ambiental	São obrigações para com terceiros resultantes de impactos causados ao meio ambiente. Pode se constituir na obrigação de recuperação de áreas degradadas, indenização de terceiros em função dos efeitos de danos ambientais, obrigações de criar meios de compensação para minimizar danos ambientais e, ainda, multas e penalidades semelhantes por infração à legislação ambiental.
Receita ambiental	No sentido <i>stricto</i> , é a proveniente dos serviços de conservação de áreas nativas. No sentido <i>lato</i> , é a proveniente de atividades que direta ou indiretamente se relacionem com a interação entidade e meio ambiente e resultem em entradas de caixa presente ou futura.
Recuperação ambiental	São esforços realizados para restabelecimento das condições naturais ou minimização dos efeitos nocivos provocados pela atividade da entidade.

Fonte: Adaptado da NBC TE XXX (2012, p. 3-5).

A NBC TE XXX (2012) prevê, para garantir a divulgação desejada, o Plano de Contas da Entidade deve ter contas segregadas para registrar os eventos e as transações pertinentes à aplicação desta Norma, dentro de cada um dos grupos.

Kraemer (2005) afirma que o *International Accounting Standards Committee (IASC)*, atualmente *International Accounting Standard Board (IASB)*, compreende que as questões ambientais podem se enquadrar nas normas tradicionais de contabilidade, considerando que não são qualitativamente diferentes, além de não instruir a fazer referência à evidenciação de informações ambientais de forma segregada nas demonstrações contábeis.

Além dos pronunciamentos e normas contábeis citadas, deve-se destacar Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (2014, p. 5), que em função das sanções penais e administrativas obrigou as empresas a terem uma maior preocupação das consequências das suas atividades sobre o meio ambiente. Além da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei 6.938/81, que estabeleceu o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para atividades ou projetos que possam causar degradação ambiental. Deste modo, a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86, definiu as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), devendo ser elaborado um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para refletir este estudo.

2.4 Evidenciação ambiental: pesquisas anteriores

Neste tópico, serão apresentadas algumas pesquisas em periódicos nacionais destinados à área contábil que focam na evidenciação ambiental por parte das empresas.

Faria e Pereira (2007) realizaram um estudo sobre as informações socioambientais apresentadas pelas maiores empresas brasileiras do segmento de papel e celulose, dos anos 2006 a 2008, procurando identificar se essas empresas evidenciam informações de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 – Informações de natureza social e ambiental (NBC T 15). Consideraram que as informações são evidenciadas de forma bastante genérica e qualitativa, mas que as grandes empresas apresentam um bom nível de evidenciação de informações socioambientais e o termo menos usado nos relatórios analisados foi o de custos ambientais.

Verificar como as empresas do segmento de materiais básicos da BM&FBovespa evidenciam as informações referentes a NBC T 15, foi o objetivo da pesquisa de Kruger, Schussler e Alberton (2011). Dos resultados, destaca-se que os assuntos mais abordados foram

de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, divulgado por 17,5% das empresas, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e investimentos e gastos com outros projetos ambientais, evidenciados por 10% das empresas, demonstrando pouca adesão por parte das empresas pela relativa norma.

Lima *et al.* (2012) analisaram as demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras para identificação das informações de natureza ambiental divulgadas pelas mesmas. Constataram que a maioria das empresas analisadas vêm demonstrando preocupação com as questões ambientais, sendo que os itens alusivos à NBC T 15 mais evidenciados são sobre investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e investimentos e gastos com outros projetos ambientais.

Em seu trabalho, Krespi *et al.* (2012) tratam sobre o grau de evidenciação das informações ambientais das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)² da BM&FBOVESPA de acordo com as informações de natureza social e ambiental da NBC T 15. Constataram que as empresas analisadas cumpriram com a maioria das recomendações estabelecidas pela norma, as maiores divulgações foram sobre processos ambientais, administrativos e judiciais, investimentos e gastos com outros projetos ambientais e com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, constatando a preocupação das empresas em divulgar informações a respeito da interação com o meio ambiente.

Oliveira *et al.* (2012) procuraram verificar se as empresas do setor de papel e celulose divulgaram informações ambientais conforme a NBC T 15, em suas notas explicativas, os relatórios da administração, os balanços sociais e os relatórios de sustentabilidade, além das demonstrações contábeis de 2006 a 2010. Constatando que, apesar da falta de padronização nos relatórios, os resultados encontrados demonstraram que as empresas cumpriram os aspectos da NBC T 15 de forma abrangente, mas que as informações sobre passivos ambientais foram pouco evidenciadas.

Com o objetivo de identificar como a contabilidade ambiental pode contribuir com a evidenciação do desenvolvimento sustentável, referente à qualidade das informações ambientais divulgadas por cinco empresas de capital aberto, Santana *et al.* (2014) realizaram

² Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – foi criado em 2005 com o objetivo de apresentar o desempenho de mercado de uma carteira formada por empresas comprometidas com práticas sustentáveis (BM&FBOVESPA, 2010).

uma pesquisa nos demonstrativos contábeis da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Braskem, Suzano e Alparagatas. Como resultado, obtiveram que as empresas não apresentam todas as informações ambientais orientadas pela NBC T 15, observaram que há uma preocupação em minimizar os impactos ambientais, mas que ainda há uma deficiência na apresentação destas informações, considerando que este motivo pode estar relacionado com a não obrigatoriedade da norma.

Em seu estudo, Domenico *et al.* (2015) buscaram verificar a evidenciação das práticas de responsabilidade social e ambiental, das empresas listadas no ISE, conforme a NBC T15. Os resultados da pesquisa demonstraram que a maioria das empresas estão adequando seus relatórios de sustentabilidade à NBC T 15 e que as informações analisadas referentes à interação da entidade com o meio ambiente foram evidenciadas em 65,26% dos pontos possíveis.

A pesquisa de Barcelos *et al.* (2015) buscou averiguar as práticas ambientais baseadas na NBC T 15 desenvolvidas pela Natura, com a finalidade de preservação ambiental na utilização sustentável de seus insumos. Atestou que as classificações e destinações pertinentes aos bens, direitos e obrigações expostos pela entidade cumprem com o intuito de preservar e proteger o meio ambiente, mesmo não possuindo um plano de contas exclusivamente ambiental, mas que algumas ações praticadas pela empresa não estavam nítidas em suas demonstrações financeiras.

Mello, Hollnagel e Cei (2016) objetivaram, em seu trabalho, analisar o grau de evidenciação ambiental apresentado por quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014, conforme procedimentos dispostos no item 15.2.4 da NBC T 15. Como resultado, notou-se que correu um crescimento na evidenciação ambiental ao longo dos anos analisados e uma variação no nível de informações de natureza ambiental, tanto no tipo de elemento de divulgação apresentado quanto de um período para o outro. Além de verificarem que o elemento de maior evidenciação foi referente a investimentos e gastos com outros projetos ambientais e o de menor evidenciação sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra as entidades, julgando que é devido ao caráter não coercitivo da NBC T 15.

A pesquisa de Cordeiro e Rios (2016) teve como objetivo averiguar a evidenciação de informações ambientais nos relatórios contábeis da BRF S.A, Natura Cosméticos S.A. e JBS S.A. Os autores concluíram que as empresas em questão têm evidenciado de forma satisfatória as informações relacionadas ao item sobre a interação com o meio ambiente da NBC T 15, mas consideraram que houve um interesse maior em melhorar a imagem da empresa do que realmente divulgar as ações relacionadas com a sustentabilidade.

Vasconcelos e Pimentel (2017) realizaram um estudo com o objetivo de investigar a evidenciação ambiental reportada pelas empresas do setor de energia elétrica do Brasil em seus relatórios socioambientais, com base na NBC T15. A análise revelou que as empresas analisadas apresentam um nível consideravelmente baixo de conformidade em relação à NBC T15, que a divulgação dos indicadores ambientais reportados não segue uma forma padronizada e uniforme, considerado uma dificuldade para realização de análises comparativas do desempenho ambiental entre empresas. Os autores entendem que a NBC T 15 trata a interação da entidade com o meio ambiente de forma genérica e não orienta devidamente os relatores, podendo ser uma das causas em relação à baixa evidenciação dos indicadores elencados na norma.

Considerando-se os estudos expostos, esta pesquisa busca avançar no sentido de comparar a evidenciação de informações ambientais divulgadas pelas empresas listadas no setor de madeira e papel da B3 com a NBC T15, presentes nas demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração, relatório dos auditores e relatório de sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia científica corresponde a um conjunto de procedimentos científicos, racionais, normalizados e aceitos pela ciência para obtenção da verdade, de um processo de pesquisa ou obtenção de conhecimento, sendo caminho para resolver problemas e encontrar respostas para alcançar seus objetivos (MICHEL, 2015).

Os procedimentos metodológicos, considerando as particularidades da Contabilidade, pode ser dividido em três aspectos, de acordo com Beuren *et al.* (2013): pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos e pesquisa quanto à forma de abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva por analisar demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração, parecer dos auditores e relatório de sustentabilidade para investigar o nível de evidenciação ambiental das empresas do setor de madeira e papel listadas na B3. A pesquisa descritiva para Vergara (2016, p. 42) “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre as variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Quanto aos procedimentos para a extração de dados, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Cervo, Bervian e Silva (2007) descrevem que a pesquisa documental se fundamenta em referências realizadas por outras pessoas, como as publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Enquanto a pesquisa bibliográfica é amparada por materiais que não sofreram modificações analíticas, mas que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa, como expõe Gil (2008). Assim, pretende-se analisar as informações encontradas nos documentos disponíveis, como demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração, relatório dos auditores e relatório de sustentabilidade publicados pelas empresas em confronto com a NBC T 15, para responder ao problema do estudo.

Quanto à abordagem do problema, aplica-se a pesquisa qualitativa e quantitativa, para tratamento dos dados coletados. Beuren *et al.* (2006) ressaltam que a pesquisa qualitativa proporciona uma verificação mais profunda do fenômeno que está sendo estudado, ao ponto de que a pesquisa quantitativa faz uso de instrumentos estatísticos, na coleta e tratamento dos dados, procurando assegurar a precisão dos resultados, para evitar distorções de análise e interpretação.

3.1 População e amostra

Para definição da população selecionou-se empresas do setor de madeira e papel da B3 por apresentarem médios e altos níveis potenciais de poluição, respectivamente, e de degradação ambiental, são elas: Duratex S.A., Eucatex S.A., Celulose Irani S.A., Fibria S.A., Klabin S.A., Santher S.A., Suzano Holding S.A. e Suzano Papel e Celulose S.A., apresentadas por segmento no Quadro 3.

Quadro 3– População da pesquisa

Segmento	Empresa
Madeira	Duratex S.A.
	Eucatex S.A.
Papel e Celulose	Celulose Irani S.A.
	Fibria S.A.
	Klabin S.A.
	Santher Fab de Papel Sta Therezinha S.A.
	Suzano Holding S.A
	Suzano Papel e Celulose S.A.

Fonte: Elaborado pela autora.

A Suzano Holding S.A., devido a companhia apenas controlar ações de outras empresas e apresentar informações correspondentes às divulgadas pela Suzano Papel e Celulose S.A., não será investigada neste estudo. Deste modo, o delineamento da pesquisa consiste em um estudo multicaso, com a amostra composta por 7 empresas: Duratex S.A., Eucatex S.A., Celulose Irani S.A., Fibria S.A., Klabin S.A., Santher S.A. e Suzano Papel e Celulose S.A. O período da amostra será referente aos anos de 2010 a 2017, sendo analisados demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração, relatório de auditoria e relatório de sustentabilidade, por apresentarem evidenciação de informações de natureza ambientais para análise de conformidade com a NBC T 15.

3.2 Instrumentos de pesquisa

Consistiu em analisar as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração, relatório de auditoria e relatório de sustentabilidade para atingir o objetivo do estudo. Especificamente, busca-se criar um *checklist* de itens de informações da relação da

entidade com o meio ambiente e verificar quais elementos as empresas divulgam em conformidade com o item 15.2.4 da NBC T 15.

Quadro 4 – *Checklist* de elementos para análise

Elemento	Relação com o meio ambiente
1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
3	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
6	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
8	Passivos e contingências ambientais.

Fonte: Adaptado da NBC T 15.

Para análise dos elementos exigidos pela norma, assim como na pesquisa de Mello, Hollnagel e Cei (2016) aplicada no setor de energia elétrica, utilizou-se da atribuição de valor, em que é composta por três números: 0, 1 e 2. O número 0 indica que o elemento analisado não foi divulgado, o número 1 aponta que o item investigado foi evidenciado apenas qualitativamente e o número 3 indica que a divulgação foi realizada de forma quantitativa. Por definição, para os elementos **6 - quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade** e **7 - valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente** do *checklist* não são aplicáveis a atribuição de valor 1.

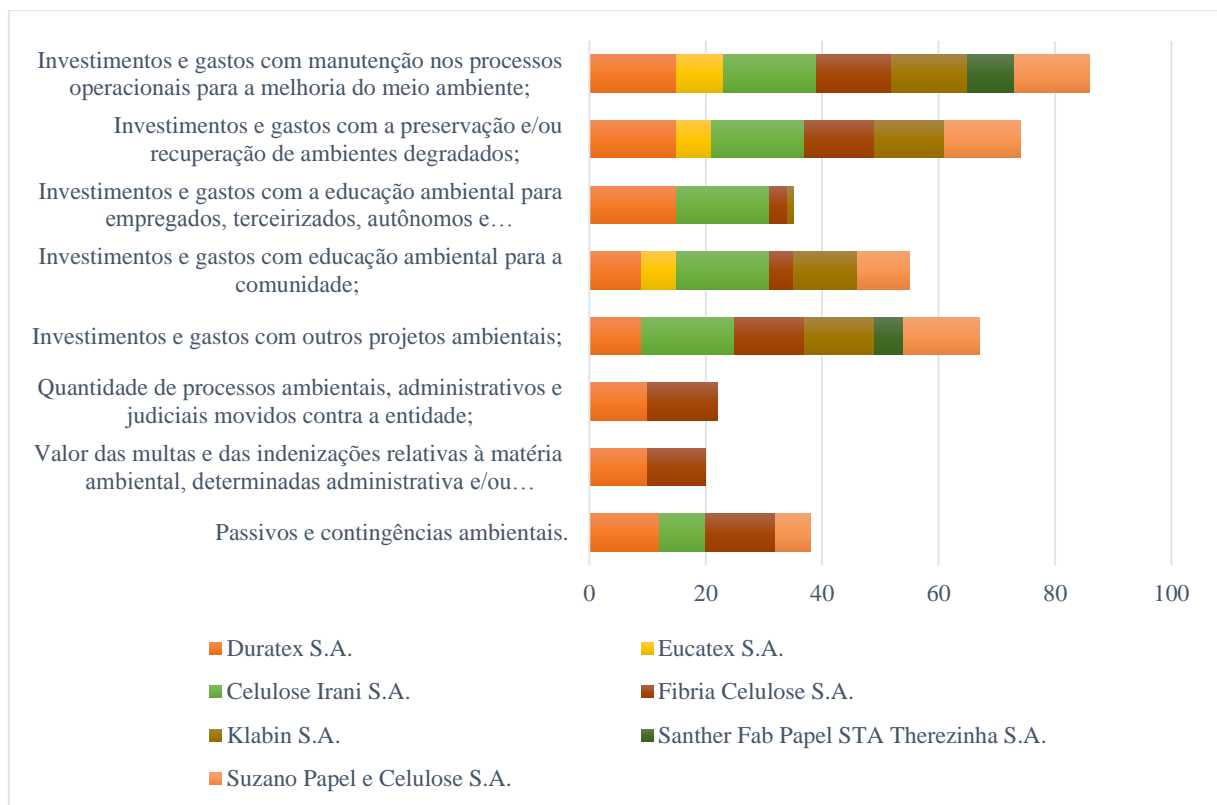
Com base no exposto, procedeu-se a coleta dos dados no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das empresas componentes da amostra da pesquisa. Posteriormente, utilizou-se uma planilha eletrônica para estruturar o tratamento dos dados, auxiliando na elaboração de tabelas e gráficos.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos foram gerados a partir da análise detalhada das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração, relatório de auditoria e relatório de sustentabilidade das empresas listadas no setor de madeira e papel da B3, com exceção da Suzano Holding S.A., para verificar a conformidade com a norma regulamentadora NBC T 15. Esta pesquisa objetivou identificar não apenas a evidenciação ambiental divulgada, mas também a mensuração de valores em termos financeiros destas informações. Referente à coleta dos dados, o Relatórios de Sustentabilidade apresentou maior evidenciação das informações ambientais.

A análise dos demonstrativos e relatórios das empresas, no que diz respeito às informações pertinentes à sua interação com o meio ambiente, tiveram como resultado a quantificação exposta no Gráfico 1, permitindo identificar o total de empresas que cumpriram com cada elemento da norma e os itens mais e menos cumpridos. Nos apêndices, é evidenciada a análise feita com todas as empresas em referência ao *checklist* baseado na NBC T 15.

Gráfico 1 – Cumprimento dos elementos da NBC T 15, de 2010 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora.

Pela disposição de uma análise global, os itens mais divulgados pelas empresas são referentes à investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais, obtendo 86 pontos dos 112 possíveis (76,79%), investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, com 74 pontos (66,57%) e investimentos e gastos com outros projetos ambientais, com 67 pontos (59,82%), o mesmo resultado foi observado por Kruger, Schussler e Alberton (2011) em sua pesquisa aplicada ao setor de materiais básicos e Lima *et al.* (2012) aplicada às grandes empresas brasileiras. Enquanto os menos divulgados são relativos à quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade e o valor das multas e indenizações, com 22 pontos (19,64%) e 20 (17,86%), respectivamente, da mesma maneira que foi identificado no estudo de Mello, Hollnagel e Cei (2016) do setor de energia elétrica.

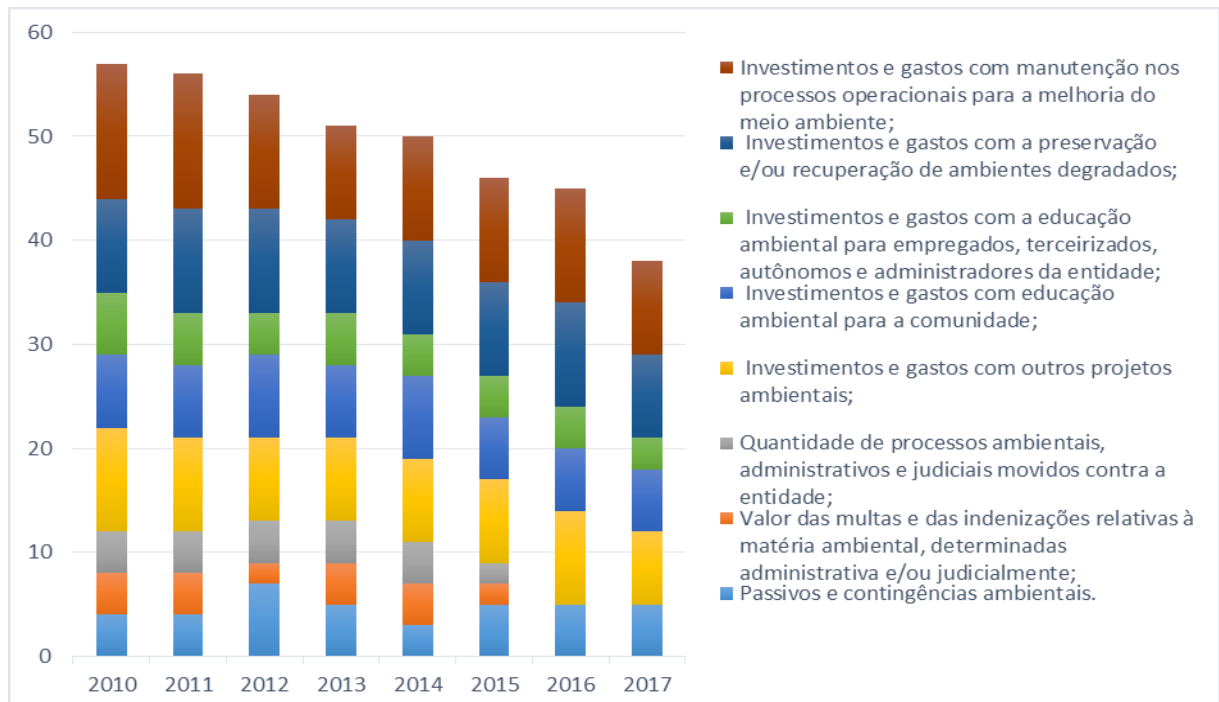
Percebe-se que as empresas se dedicam a melhorar sua imagem perante a sociedade, divulgando mais informações relativas a investimentos para a preservação do meio ambiente, dando ênfase nos seus prêmios, certificações e políticas ambientais, enquanto deixam de divulgar informações que possam prejudicar sua reputação, assim como constatado por Correa, Gonçalves e Moraes (2015) em seu estudo no setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

Observa-se que a empresa que mais divulgou informações relativas à interação com o meio ambiente foi a Duratex S.A. (74,22%), seguida da Celulose Irani S.A. (68,75%) e da Fibria S.A. (60,94%). E as que menos apresentaram foram a Santher S.A. (10,16%) e Eucatex S.A. (15,63%), podendo ser justificado por não possuírem relatório de sustentabilidade, seguidas da Klabin (38,28%) e Suzano Papel e Celulose S.A. (42,19%).

Em uma análise segregada por anos, verifica-se que as informações de cunho ambiental apresentadas pelas empresas se reduziram ao longo dos anos, como pode ser observado no Gráfico 2. O ano de maior evidenciação foi 2010, que apresentou 57 pontos de um total de 112 pontos possíveis (50,89%), e o menor foi 2017, com 38 pontos (33,93%), não foram divulgados os elementos sobre a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade e os valores das multas e indenizações relativas à matéria ambiental por nenhuma entidade neste último ano.

Ocorreu uma variação de 16,96% no nível de evidenciação entre os dois anos de maior e menor divulgação, esta diminuição na evidenciação ambiental pode ser considerada um resultado negativo, visto que a sociedade está cobrando maior transparência da interação das empresas com o meio ambiente.

Gráfico 2 – Evolução da evidenciação ambiental, de 2010 a 2017



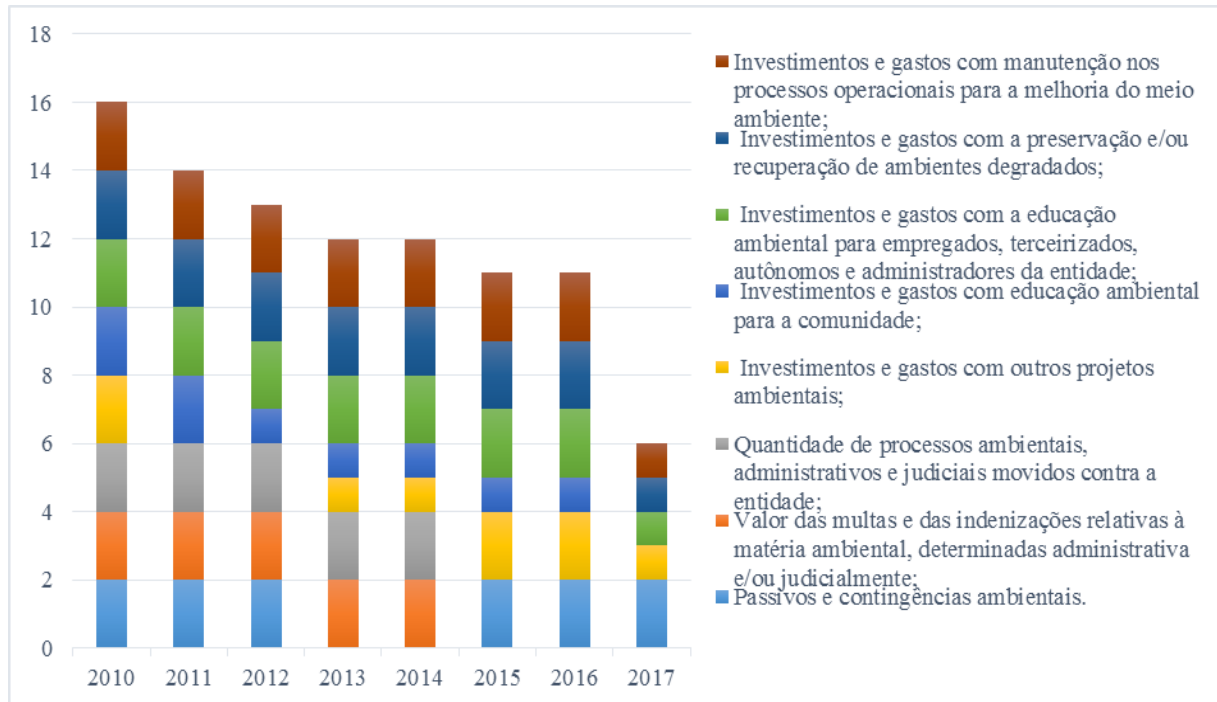
Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado global é influenciado pelas particularidades da evidenciação ambiental observadas nas demonstrações e relatórios analisados. Não há uma padronização ou uniformidade para a evidenciação de informações ambientais, divergindo entre períodos de uma mesma empresa, dificultando a localização dos elementos da norma e, conseqüentemente, a realização de análises comparativas sobre o desempenho ambiental das empresas, assim como relatado por Vasconcelos e Pimentel (2017) em seu estudo no setor de energia elétrica. Por este motivo, será demonstrada a evidenciação ambiental de cada empresa individualmente.

4.1 Duratex S.A.

O nível de evidenciação ambiental da Duratex S.A. foi decaindo ao longo dos anos analisados, como pode ser constatado no Gráfico 3. A empresa atingiu o nível máximo no ano de 2010, apresentando todos os elementos da NBC T 15, de forma qualitativa e quantitativa, atingindo 100% no nível de evidenciação ambiental. Em 2011 e 2012, deixou de apresentar o elemento sobre investimentos e gastos com outros projetos ambientais. A partir do ano de 2012, passou a evidenciar apenas qualitativamente informações referentes a educação ambiental para a comunidade.

Gráfico 3 - Evolução do percentual de divulgação da Duratex S.A.



Fonte: Elaboração pela autora.

Nos anos de 2015 a 2017, informou que não foram recebidas multas ou sanções significativas por não conformidade com a lei. Convém ressaltar que apresentou valores monetários sobre multas ambientais no ano de 2014, ao mesmo tempo que informou que não sofreu sanção administrativa ou judicial por descumprimento de leis ou regulamentos ambientais que tenham resultado em aplicação de sanções ou multas.

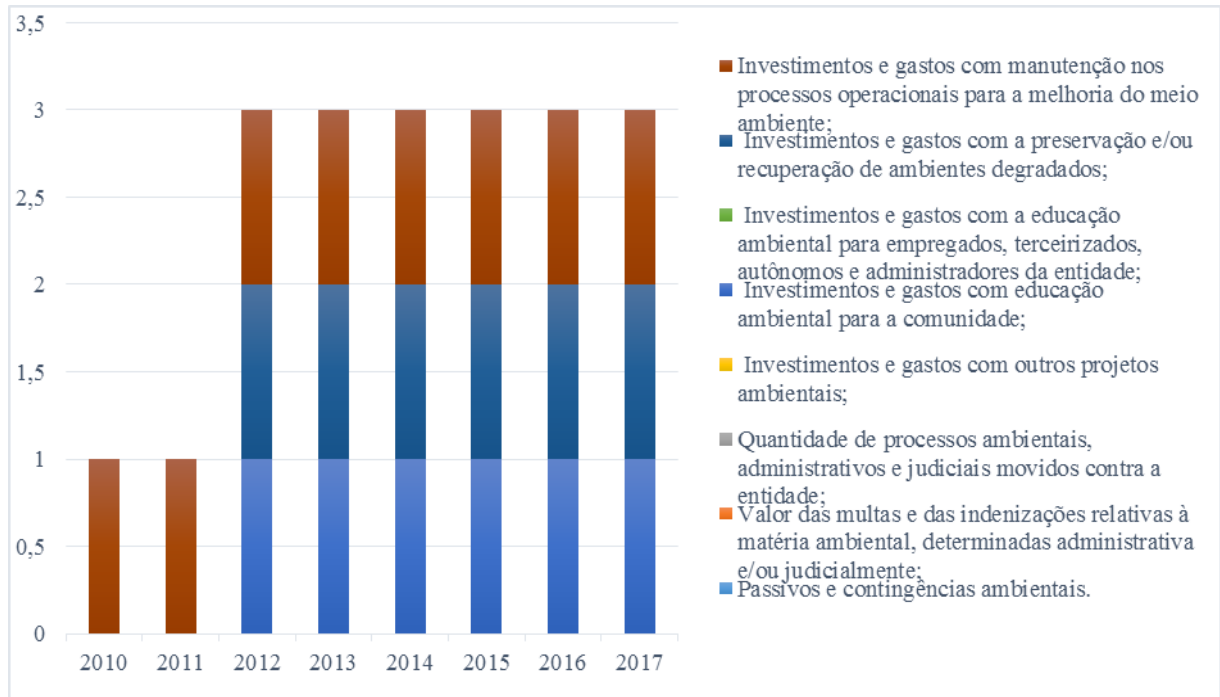
O ano de 2017 foi o de maior contraste no nível de evidenciação ambiental para a empresa, não mencionou nenhum investimento e gasto com educação ambiental para a comunidade, apresentou cinco dos oito elementos da norma, a única informação de forma quantitativa foi referente aos passivos e contingências ambientais, alcançando 6 pontos do total de 16 (37,5%), perda de 62,5% em relação ao ano de 2010.

4.2 Eucatex S.A.

A Eucatex S.A. não possui relatório de sustentabilidade, deste modo todas as informações são coletadas das demonstrações financeiras padronizadas. Em 2010 e 2011, a empresa divulgava apenas investimentos e gastos com manutenção de processos operacionais para a melhoria do meio ambiente. A partir do ano de 2012, apresentou os elementos sobre investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação ambiental e investimentos e gastos

com educação ambiental para a comunidade. Os demais elementos não são relatados, como pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do percentual de divulgação da Eucatex S.A.



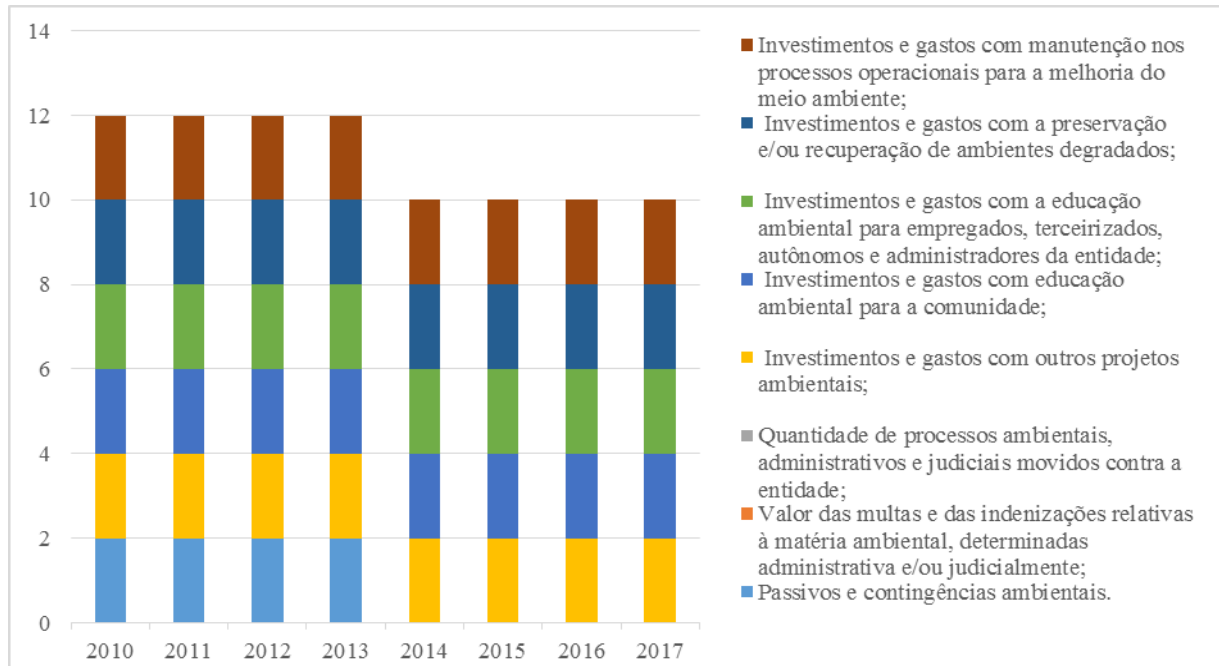
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, a Eucatex S.A., em 2010 e 2011, obteve apenas 1 ponto em 16 (6,25%) e 3 pontos (18,75%) nos anos de 2012 a 2017. Deste modo, possui um nível consideravelmente baixo de evidenciação, apresentando apenas informações qualitativas.

4.3 Celulose Irani S.A.

A Celulose Irani mantém um bom nível de evidenciação em todos os anos, mas não apresentou informações sobre valor das multas e das indenizações e quantidade de processos ambientais em nenhum dos períodos analisados. A partir do ano de 2014, a empresa deixou de evidenciar informações sobre passivos e contingências ambientais, como demonstrado no Gráfico 5. Nos anos de 2010 a 2013, com melhores níveis de evidenciação ambiental, alcançou 12 pontos em 16 (75%).

Gráfico 5 - Evolução do percentual de divulgação da Celulose Irani S.A.



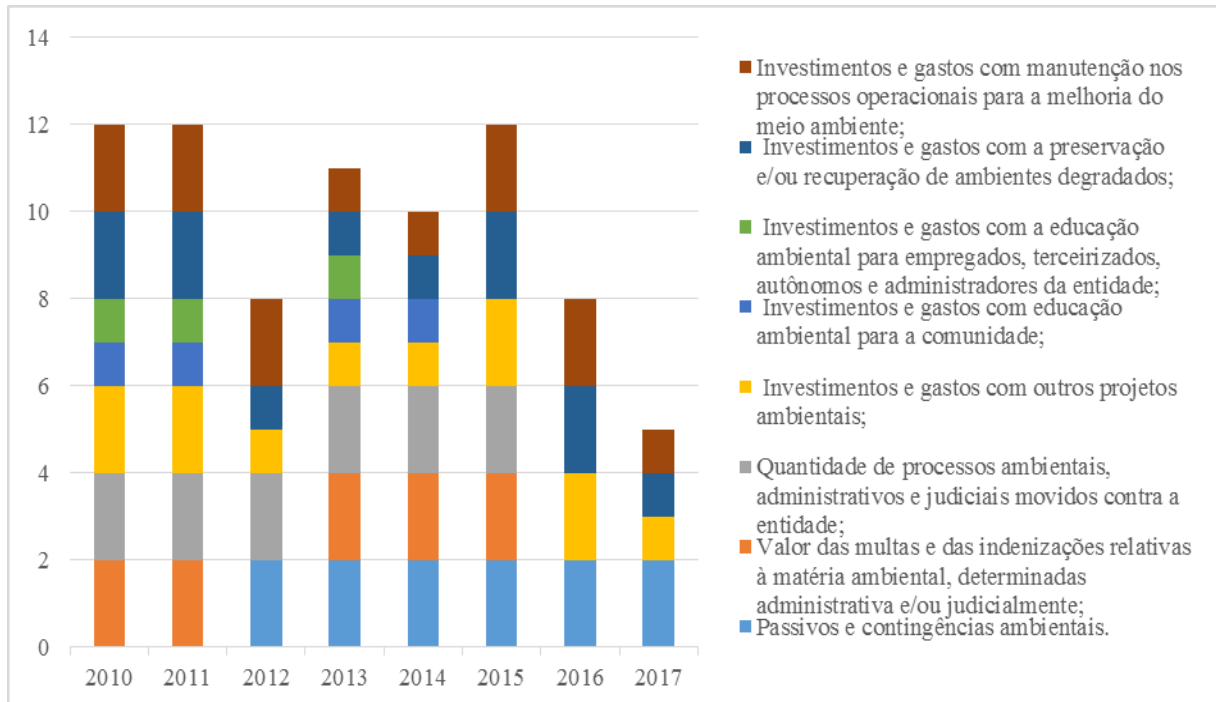
Fonte: Elaborado pela autora.

A Celulose Irani S.A., apenas nos anos de 2010 e 2013, traz os valores monetários em ações ambientais segregadamente, com discriminação por cada tipo de item. Nos demais anos, a empresa apenas indica um valor total do investimento direcionado para o meio ambiente, além de declarações sobre suas ações ambientais, para manter a análise da pesquisa sobre a mensuração destas informações, os elementos sobre investimentos e gastos ambientais com valores globais foram considerados como informações quantitativas nos demais anos.

4.4 Fibria S.A.

A Fibria S.A. apresenta um nível de evidenciação não regular, com muitas oscilações de um ano para o outro, apenas relatando o elemento sobre investimentos e gastos com educação ambiental para colaboradores nos anos de 2010, 2011 e 2013, como pode ser observado no Gráfico 6. O ano de menor evidenciação foi 2017, com 5 pontos dos 16 possíveis (31,25%), apresentando 4 elementos da norma, mas apenas passivos e contingências ambientais quantitativamente. E os anos de maior evidenciação, sendo 2010, 2011 e 2015, alcançaram 12 pontos (75%).

Gráfico 6 - Evolução do percentual de divulgação da Fibria S.A.



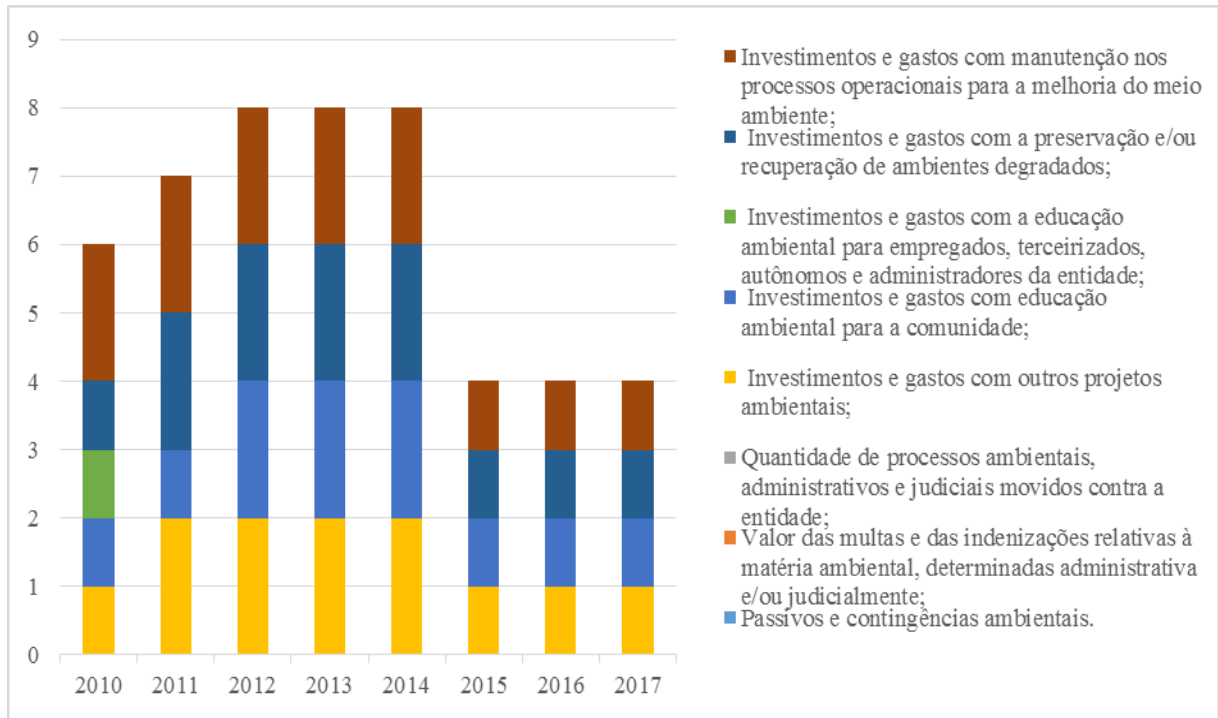
Fonte: Elaborado pela autora.

O elemento sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade deixou de ser divulgado nos anos de 2017 e 2018. A partir de 2012, a divulgação de passivos e contingências ambientais são originadas de Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Federal que objetivou, em sede liminar, que fosse determinado à Fibria S.A. que se abstinhasse de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso e causar danos às rodovias federais, ao meio ambiente e à ordem econômica.

4.5 Klabin S.A.

A Klabin S.A. apresentou no mínimo quatro elementos em todos os anos, sendo divulgados os elementos sobre investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais, com a preservação do meio ambiente, com a educação ambiental para a comunidade e com outros projetos ambientais. O elemento sobre investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade foi divulgado apenas em 2010. Assim como a Celulose Irani S.A., a empresa apresentou, em 2013, apenas um valor global para os investimentos e gastos ambientais, considerando como informações quantitativas para os elementos expostos em suas demonstrações e relatórios apresentados.

Gráfico 7 - Evolução do percentual de divulgação da Klabin S.A.



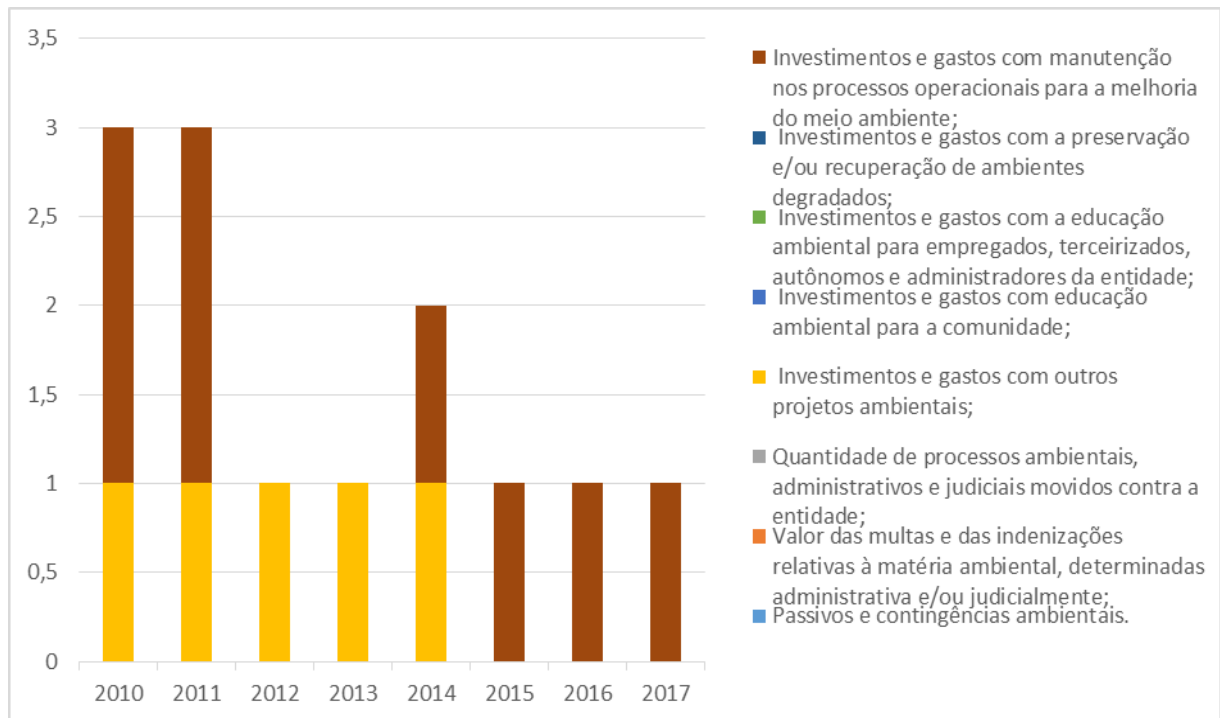
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme constatado no Gráfico 7, de 2012 a 2014, a empresa apresentou os elementos monetariamente, ou seja, foi considerada como informações quantitativas, alcançando 8 pontos em 16 (50%), sendo seu maior nível de evidenciação. Os seus menores níveis ocorreram nos anos de 2015 a 2016, com 4 pontos (25%). Percebeu-se um aumento no nível de divulgação de informações ambientais de 2010 a 2014, após 2015 apresentou os elementos em análise de forma apenas qualitativa, ocasionando uma queda de 25% em sua evidenciação

4.6 Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

A Santher Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. também não possui relatório de sustentabilidade. Todas as informações foram coletadas das demonstrações financeiras padronizadas, o que determinou um baixo nível de evidenciação ambiental, como pode ser verificado no Gráfico 8. Apresentou, em 2010 e 2011, seus maiores níveis de evidenciação, 3 pontos dos 16 possíveis (18,75%), com apenas dois elementos divulgados, sendo sobre investimentos e gastos com manutenção de processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e investimentos e gastos com outros projetos ambientais.

Gráfico 8 - Evolução do percentual de divulgação da Santher Fab Papel STA Therezinha S.A.



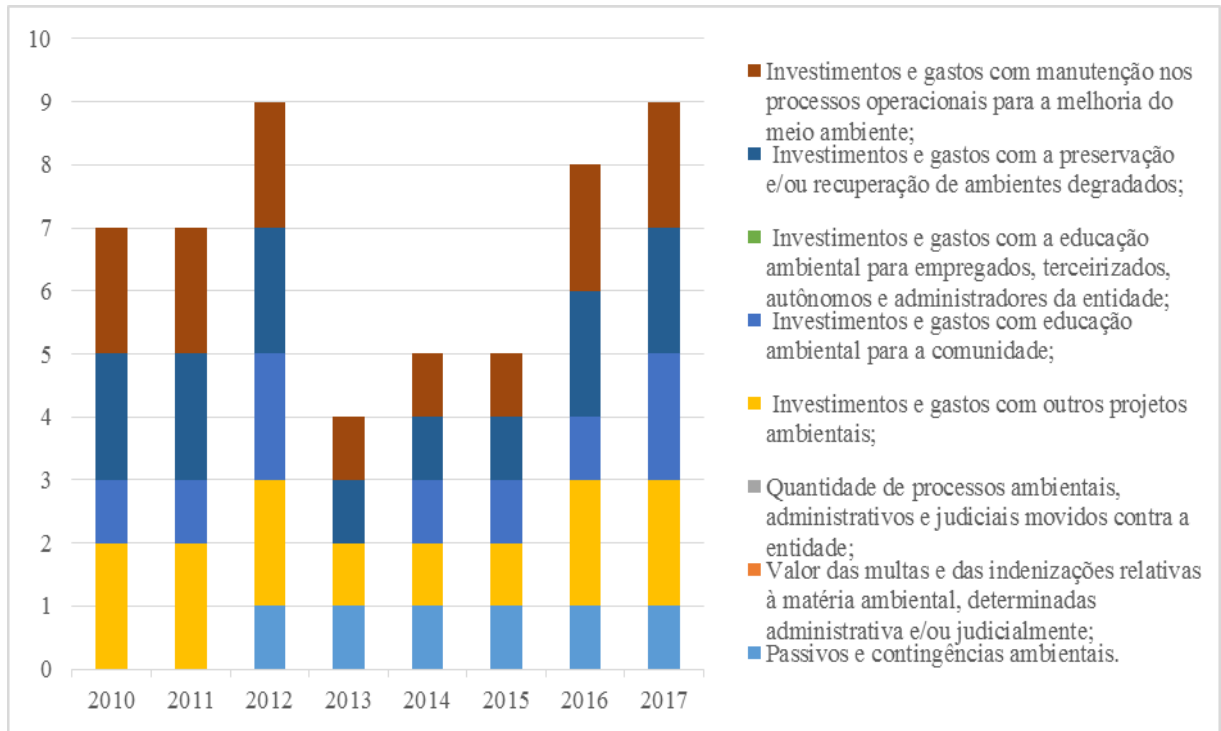
Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa continuou apresentando informações sobre outros projetos ambientais até o ano de 2014. E do ano de 2015 a 2017, apenas o elemento sobre investimentos e gastos com manutenção de processos operacionais, mas apenas de modo qualitativo.

4.7 Suzano Papel e Celulose S.A.

A Suzano Papel e Celulose S.A. em todos os anos apresentou pelo menos quatro elementos da norma, variando sobre informações qualitativas e quantitativas, ocasionando uma evolução não regular em sua divulgação. Em todos os anos foram divulgados os elementos sobre investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais, com a preservação do meio ambiente, com a educação ambiental para a comunidade e com outros projetos ambientais, com exceção do ano de 2013, em que o elemento sobre investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade não foi apresentado. De 2013 a 2015, as informações referentes aos elementos da norma foram apenas qualitativas. O ano de menor evidência teve 4 pontos em 16 (25%), em 2012 e 2017, apresentou seus maiores níveis de evidência, 9 pontos (56,25%), com exceção dos passivos e contingências ambientais os demais elementos foram divulgados quantitativamente, como pode ser percebido no Gráfico 10.

Gráfico 9 - Evolução do percentual de divulgação da Suzano Papel e Celulose S.A.



Fonte: Elaborado pela autora.

De maneira geral, a partir de 2012, a companhia menciona em suas notas explicativas que as provisões para contingências dos processos cíveis estão relacionadas a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, possessória, ambiental, dentre outras. Pela grande quantidade de processos e por não possibilitar saber se há processos ambientais de fato, esta informação foi considerada qualitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pressão atual da sociedade para que as empresas se preocupem com os danos que suas atividades possam causar no meio ambiente, a fim de evitar sua degradação, diversas entidades querem atestar um desempenho satisfatório em relação ao meio ambiente. Assim, a contabilidade se tornou grande aliada na divulgação das informações qualitativas e quantitativas de natureza ambiental, mensurando os efeitos econômicos e financeiros sobre o patrimônio das entidades.

O presente estudo procurou analisar o nível de evidenciação ambiental de empresas listadas no setor de madeira e papel da B3 de acordo com os elementos referentes à interação da entidade com o meio ambiente da NBC T 15, identificados nas demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios da administração, relatório dos auditores e relatório de sustentabilidade.

Os resultados obtidos permitiram constatar que as entidades com os maiores níveis de evidenciação de informações ambientais foram a Duratex S.A., com 74,22%, em segundo a Celulose Irani S.A., com 68,75%, seguido da Fibria S.A., com 60,94%. Apresentaram um nível consideravelmente baixo a Suzano Papel e Celulose S.A., com 42,19%, e Klabin S.A., com 38,28%. Enquanto os menores níveis de evidenciação foram apresentados pela Eucatex S.A com 15,63% e por último a Santher S.A. com 10,16%, ocasionado por não apresentarem relatório de sustentabilidade, que é o relatório que as empresas mais utilizam para evidenciar informações ambientais.

Por meio da análise, os itens mais divulgados pelas empresas foram referentes à investimentos e gastos com manutenção dos processos operacionais, com evidenciação de 76,79%, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, com 66,57%, e investimentos e gastos com outros projetos ambientais, com 59,82%. E os menos divulgados foram sobre a quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade, com 19,64%, e o valor das multas e indenizações com 17,86%.

O nível de evidenciação das informações de cunho ambiental, como verificado, decresceu entre os anos analisados. O ano com maior nível de evidenciação foi 2010, com 50,89%, e a menor foi 2017, com 33,93%, não sendo divulgados os elementos sobre quantidade de processos ambientais movidos contra as entidades e os valores das multas e indenizações relativas à matéria ambiental neste último ano. Percebe-se que as empresas se dedicam a melhorar sua imagem perante a sociedade, divulgando informações sobre investimentos para a

preservação ambiental, enquanto deixam de divulgar informações que possam prejudicar sua reputação.

Os resultados da pesquisa demonstraram que as empresas investigadas apresentam um baixo nível de conformidade em relação às recomendações sobre os itens de natureza ambiental da NBC T 15, cerca de 44,31% numa análise geral. Notou-se que não há uma padronização ou uniformidade para a evidenciação ambiental, tornando complexa a análise de indicadores e a comparabilidade entre empresas do mesmo setor e também entre diferentes períodos de uma mesma empresa, até mesmo pela apresentação de informações em um momento quantitativas e em outro qualitativas. Esta deficiência deve-se à falta de obrigatoriedade da aplicação dos quesitos da norma.

Conclui-se que os objetivos estabelecidos para a realização deste trabalho foram atingidos diante do exposto na análise. Os resultados foram contributivos por demonstrarem para a sociedade e demais interessados, como as empresas do setor de madeira e papel do Brasil estão atendendo às diretrizes referentes ao meio ambiente recomendadas pela NBC T 15.

A pesquisa limita-se a analisar se as empresas do setor de madeira e papel da B3 divulgam ou não os elementos da NBC T 15, mas não investiga o motivo da alteração nos níveis de evidenciação de 2010 a 2017. Para trabalhos futuros, recomenda-se identificar os motivos pelos quais se modificaram os níveis de evidenciação destas empresas, além de realizar pesquisas confrontando o setor analisado com outros setores da B3 e de outras bolsas de valores do mundo, com a intenção de descobrir semelhanças e diferenças e também aprofundar a pesquisa sobre outros os indicadores propostos pela NBC T 15.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patricia Almeida. *et al.* **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BARCELOS, Dêbora Pinho. *et al.* Evidenciação Ambiental à Luz da NBC T 15: O Caso da Natura. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 127-146, 2015.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Monica_Tassigny/publication/304430092_Evidenciacao_Ambiental_a_Luz_da_NBC_T_15_O_Caso_da_Natura/links/58550cae08aeff086bf82500/Evidenciacao-Ambiental-a-Luz-da-NBC-T-15-O-Caso-da-Natura.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro, nº 11, 1999.

Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1105.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BM&FBOVESPA. **ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 de setembro de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

CARVALHO, Gardênia Maria de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CELULOSE IRANI S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=92.791.243/0001-03&CCVM=2429&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

CELULOSE IRANI S.A. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em:

<<http://ri.irani.com.br/pt/info/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação nº 15, de 28 de dezembro de 1987**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare015.html>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TE XXX. Interação da Entidade com o Meio Ambiente**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TE_INTERACAO_DA_ENTIDADE_MEIO_AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04**. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1003.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução n.001, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

CORDEIRO, Valéria Botelho; RIOS, Ricardo Pereira. A Contabilidade como Instrumento de Evidenciação de Informações Ambientais. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. v. 1, 2016. Disponível em: <<http://s3.uninove.br/app/uploads/2016/12/08101805/1481210285-Valeria-Botelho.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro.

CORREA, Juliane Campoe; GONÇALVES, Marguit Neumann; MORAES, Romildo de Oliveira. Disclosure Ambiental das Companhias do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Listadas na BM&FBOVESPA: Uma análise à luz da Teoria da Legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade- GeAS**. v.4, n.3, 2015. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/254/pdf>>. Acesso em: 24 de setembro.

COSTA, Rodrigo Simão; MARION, José Carlos. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**. v. 18, n. 43, p. 20-33, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

DOMENICO, Daniela Di. *et al.* As Práticas de Responsabilidade socioambiental das empresas listadas no ISE em conformidade com a normativa NBC T 15. **XVII Engema**, 2015. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/112.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

DURATEX S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=97.837.181/0001-47&CCVM=21091&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

DURATEX S.A. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=97.837.181/0001-47&CCVM=21091&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

EUCATEX S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=56.643.018/0001-66&CCVM=5770&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

FARIA, Ana Cristina de; PEREIRA, Raquel da Silva. Análise da evidenciação de informações socioambientais por empresas do segmento de papel e celulose no Brasil, a partir da NBC T -15. **XVI Congresso Brasileiro de Custos**, Fortaleza, CE, nov. 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1008/1008>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (Org.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FIBRIA CELULOSE S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=60.643.228/0001-21&CCVM=12793&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

FIBRIA CELULOSE S.A. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://ri.fibria.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

FLORES, Josmar Almeida; FLORES, Cíntia Rosina. Contabilidade Ambiental E Sustentabilidade: um estudo da Evolução das Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista Brasileira de Ciências da Amazônia**, v1, n1, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290992916_CONTABILIDADE_AMBIENTAL_E_SUSTENTABILIDADE_UM_ESTUDO_DA_EVOLUCAO_DAS_NORMAS_BRASILEIRAS_DE_CONTABILIDADE>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan. **Accounting for the environmental**. 2.ed. Londres: Sage, 2001.

IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Educação ambiental: estudos dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade**. São Paulo: Érica, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Lei da vida: Lei dos crimes ambientais: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. 2. ed. CNIA. – Brasília: Ibama, 2014. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/ALeiCrimesAmbientais.pdf>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLABIN S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=89.6>>

37.490/0001-45&CCVM=12653&TipoDoc=C&QtLinks=10>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

KLABIN S.A. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.klabin.com.br/pt/sustentabilidade/_relatorio-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Contab.Vista & Rev. Belo Horizonte**, v. 12, n. 3, p. 71-92, dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/184>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

KRAEMER, Maria Elisabeth. A evolução de normas e recomendações internacional e nacional da contabilidade ambiental. Disponível em: <<https://www.gestiopolis.com/evolucao-normas-internacional-nacional-contabilidade-ambiental/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

KRESPI, Nayane Thais. *et al.* Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto do balanço social de empresas listadas na ISE. **Custos e @gronegocio on line**, v.8, n.4, p.47-170, 2012. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v8/Isep.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.

KRUGER, Silvana Dalmutt; SCHUSSLER, Andrea Maciel; ALBERTON, Luiz. Evidenciação de Informações Sociais e Ambientais. **XIV SemeAd**, out. 2011. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/431.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LIMA, Karla Priscilla Sales de. *et al.* Contabilidade Ambiental: Um Estudo Sobre a Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis das Grandes Empresas Brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 11, n.1, ed. 20, jan-jun 2012. Disponível em: <http://amcc-ma.com.br/publicacoes/francisco_gilvan/01.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LINS, Luiz dos Santos. **Introdução à gestão ambiental empresarial**: abordando economia, direito, contabilidade e auditoria. São Paulo: Atlas, 2015.

MELLO, Caísa Gambardella Guimarães; HOLLNAGEL, Heloisa Candia; CEI, Nena Geruza. Evidenciação Ambiental Segundo A NBC T 15: Uma Análise em Quatro Empresas do Setor de Energia Elétrica de 2006 a 2014. **Redeca**, v.3, n. 2, p. 93-109, jul- dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/31073/21752>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA, Marli. Fusão entre BM&FBOVESPA e Cetip cria a B3, 5ª maior bolsa de valores do mundo. Agência Brasil, São Paulo, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

NOSSA, Valcemiro. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. Tese em Controladoria e Contabilidade.* São Paulo: FEA/USP, 2002.

OLIVEIRA, Adria Tayllo Alves. *et al.* Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. **XIX Congresso Brasileiro de Custos**, Bento Gonçalves, RS, Brasil, nov. de 2012. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/421/421>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org). **Educação Ambiental:** abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

SANTANA, Tatiayane Afonso das Mercês. *et al.* Contabilidade Ambiental como Ferramenta de Evidenciação do Desenvolvimento Sustentável. **XVII Engema**, 2015. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/337.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

SANTHER S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=61.101.895/0001-45&CCVM=14923&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos Marion. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.** São Paulo: Atlas, 2013.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=16.404.287/0001-55&CCVM=13986&TipoDoc=C&QtLinks=10>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <<http://ri.suzano.com.br/a-companhia/sustentabilidade>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELOS, Maria Livânia Dantas de; PIMENTEL, Márcio Sampaio. Evidenciação Ambiental nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica do Brasil com Base na NBC T15. **II SIMPCONT**, Recife, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.simpcont.ppgc.ufrpe.br/sites/simpcont.ppgc.ufrpe.br/files/Artigo%20017%20II.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.* 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ANÁLISE DOS ELEMENTOS POR ENTIDADE

	Duratex S.A.	Eucatex S.A.	Celulose Irani S.A.	Fibra Celulose S.A.	Klabin S.A.	Santher S.A.	Suzano Papel e Celulose S.A.	%
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	15	8	16	13	13	8	13	76,79%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	15	6	16	12	12	0	13	66,07%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	15	0	16	3	1	0	0	31,25%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	9	6	16	4	11	0	9	49,11%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	9	0	16	12	12	5	13	59,82%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	10	0	0	12	0	0	0	19,64%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	10	0	0	10	0	0	0	17,86%
Passivos e contingências ambientais.	12	0	8	12	0	0	6	33,93%
% do total	74,22%	15,63%	68,75%	60,94%	38,28%	10,16%	42,19%	44,31%

APÊNDICE B- ANÁLISE DOS ELEMENTOS POR ANO

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	13	13	11	9	10	10	11	9	76,79%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	9	10	10	9	9	9	10	8	66,07%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	6	5	4	5	4	4	4	3	31,25%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	7	7	8	7	8	6	6	6	49,11%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	10	9	8	8	8	8	9	7	59,82%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	4	4	4	4	4	2	0	0	19,64%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	4	4	2	4	4	2	0	0	17,86%
Passivos e contingências ambientais.	4	4	7	5	3	5	5	5	33,93%
% do total	50,89%	50,00%	48,21%	45,54%	44,64%	41,07%	40,18%	33,93%	44,31%

Celulose Irani S.A.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	2	2	2	2	2	2
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	2	2	2	2	2	2	2	2
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	2	2	2	2	2	2	2	2
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	2	2	2	2	2	2	2	2
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	2	2	2	2	2	2	2	2
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e contingências ambientais.	2	2	2	2	0	0	0	0
% do total por ano	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	62,50%	62,50%	62,50%	62,50%

Fibria Celulose S.A.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	2	1	1	2	2	1
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	2	2	1	1	1	2	2	1
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	1	1	0	1	0	0	0	0
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	1	1	0	1	1	0	0	0
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	2	2	1	1	1	2	2	1
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	2	2	2	2	2	2	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	2	2	0	2	2	2	0	0
Passivos e contingências ambientais.	0	0	2	2	2	2	2	2
% do total por ano	75,00%	75,00%	50,00%	68,75%	62,50%	75,00%	50,00%	31,25%

Klabin S.A.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	2	2	2	1	1	1
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	1	2	2	2	2	1	1	1
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	1	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	1	1	2	2	2	1	1	1
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	1	2	2	2	2	1	1	1
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e contingências ambientais.	0	0	0	0	0	0	0	0
% do total por ano	37,50%	43,75%	50,00%	50,00%	50,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Santher Fab Papel STA Therezinha S.A.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	0	0	1	1	1	1
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	1	1	1	1	1	0	0	0
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e contingências ambientais.	0	0	0	0	0	0	0	0
% do total por ano	18,75%	18,75%	6,25%	6,25%	12,50%	6,25%	6,25%	6,25%

Suzano Papel e Celulose S.A.	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	2	2	2	1	1	1	2	2
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	2	2	2	1	1	1	2	2
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	1	1	2	0	1	1	1	2
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	2	2	2	1	1	1	2	2
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos e contingências ambientais.	0	0	1	1	1	1	1	1
% do total por ano	43,75%	43,75%	56,25%	25,00%	31,25%	31,25%	50,00%	56,25%